

A CIDADE EDUCADORA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM FAVELAS O CASO DO BAIRRO DO PINHEIRO EM JACAREÍ - SP XII INIC / VIII EPG - UNIVAP 2008

**Débora Tognozzi Lopes¹, Ivana Nunes de A. Rito², Antonio Carlos Machado
Guimarães³, Marco Antonio Villarta Neder⁴**

^{1, 2, 3, 4}UNIVAP/ IP&D, Av. Shishima Hifumi, , nº. 2911, São José dos Campos- SP

¹detognozzi@yahoo.com.br, ²ivanarito@gmail.com, ³guimaraes@univap.br, ⁴marcovillarta@yahoo.com.br.

Resumo A pobreza foi, desde o período pós-abolicionista, motivo de discriminação social no Brasil. As classes pobres não vêm atendidas, pelo poder público, suas necessidades mais elementares de sobrevivência, mas muitas vezes encontram formas alternativas de adaptação ao meio em que vivem. O modo mais eficiente para erradicar a situação de extrema pobreza é a organização participativa das próprias comunidades. Diversos exemplos de participação popular no âmbito do planejamento urbano têm sido experimentados com êxito, trazendo a favelas, em diversas partes do Brasil, melhores condições de habitabilidade, e mesmo de convívio e organização social. Verifica-se, contudo, que a visão do técnico urbanista tende a ser civilizadora, impondo seu saber técnico como sendo superior ao saber popular. Essa relação muitas vezes resulta em conflitos. Procura-se, com este trabalho, problematizar o processo do planejamento participativo e discutir os conflitos, considerando-se tratar de duas culturas diferentes – a do técnico e a do munícipe - tomando como referência a comunidade do Bairro do Pinheiro em Jacareí- SP.

Palavras-chave: Habitação de interesse social, Pobreza, Favelas, Participação popular.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Com a presente análise, pretende-se discutir o conceito de cidade civilizadora e cidade educadora de Jurado (2003), identificar expressões de ação civilizadora e procurar, no contexto brasileiro, na forma de produção do espaço, se estas produções do espaço são expressões da atitude civilizadora da administração pública.

Feito isso, discutir se o Bairro do Pinheiro – o “Bairrinho” - consiste em uma expressão de ação civilizadora e como ela se informa, como ela transmite essa idéia, de que forma consegue-se identificar essa ação civilizadora a partir do “Bairrinho”.

Procura-se, com este trabalho, fazer uma correlação entre o conceito de cidade educadora de Jurado (2003) e gestão participativa. Diversos exemplos no âmbito do urbanismo têm sido experimentados com êxito, trazendo a várias favelas, em diversas partes do Brasil, melhores condições de habitabilidade, e mesmo de convívio e organização social.

Percebe-se, no entanto, que ao problematizar o processo do planejamento participativo, podem surgir conflitos, considerando que se tratam de duas culturas diferentes – a do técnico e a do “popular”. Mas é a participação popular que pode conferir, à atividade de planejamento urbano, o

respaldo político necessário à sua legitimidade (LEME, 2000).

Procura-se, assim, problematizar o processo do planejamento participativo e discutir os esses conflitos. Pretende-se discutir a possibilidade ou não de se construir um sentido único para o espaço a partir da atuação desses dois grupos, tomando como referência a comunidade do Bairro do Pinheiro em Jacareí – SP.

Materiais e Métodos

Para atingir os objetivos definidos, além das entrevistas realizadas, e consulta às referências bibliográficas pertinentes, solicitou-se a alguns moradores que fizessem um desenho com as aspirações pessoais de cada um para seu bairro.

No final desse processo pediu-se a eles que identificassem os pontos positivos e os pontos negativos do bairro, de acordo com sua opinião pessoal.

Numa segunda etapa foi realizado um desenho em conjunto com alguns moradores. E novamente foi feita uma listagem, dessa vez em conjunto.

Em uma etapa final foi solicitado a uma arquiteta urbanista que realizasse a mesma tarefa.

Com essas tarefas procurou-se mostrar o conflito que há entre as duas realidades

diferentes, ou seja, entre a visão do técnico e do popular, utilizando as categorias de Jurado (2003).

Resultados

A partir do levantamento de dados efetuado, chegou-se, como Resultado, à seguinte Base de Dados.

O Bairro dos Pinheiros – ou “Bairrinho”, como é mais conhecido – tem cerca de cinquenta anos de existência. No entanto, enquanto comunidade rural, sua existência beira um século.

O acesso ao bairro se faz pela zona oeste de São José dos Campos, sendo necessário atravessar trecho do *campus* da Universidade do Vale do Paraíba- Univap na Urbanova, em uma área de conurbação entre os municípios de Jacareí e São José dos Campos- SP. No entanto o bairro pertence ao município de Jacareí – zona nordeste do mesmo.

O bairro está situado em uma área de declividade acentuada, em encosta vizinha à área de várzea do rio Paraíba do Sul. É atravessado por diversos córregos, mananciais tributários do rio Paraíba do Sul.

O bairro é assistido pela administração de Jacareí, a qual estabeleceu convênio para o abastecimento de água através da Sabesp em São José dos Campos e a energia elétrica, fornecida pela Bandeirante Energia, chegou pelo projeto federal “Luz para todos”. Não possui, no entanto, coleta de esgoto.

A maioria das casas possui fossa negra e, em alguns casos, essas fossas transbordam, correndo no meio da rua, a céu aberto. Essas valas dirigem-se naturalmente aos córregos aí presentes, e posteriormente encontram o rio Paraíba do Sul.

O desejo dos moradores é que sejam incluídos no município de São José dos Campos, no qual exercem suas atividades, tais como escola, atendimento de saúde, mercado de trabalho e mesmo onde têm suas zonas eleitorais. Verificou-se junto à secretaria de habitação, no entanto, que uma alteração desse tipo é muito pouco viável.

As principais atividades profissionais dos moradores são como Pedreiros e Domésticas, assim como no comércio e serviços tanto nos bairros do entorno, condomínios de alto padrão, como no centro da cidade.

Não há UBS, nem escola pública de nenhuma natureza no bairro ou proximidades. O transporte público localiza-se na avenida Shishima Hifumi, cerca de 1000 m de distância.

Não há nenhum equipamento de lazer nas proximidades, não há praças, igrejas, centros comunitários, ou creche. O campo de futebol que antigamente podia ser utilizado pela população,

hoje precisa ser pago para a realização do campeonato anual.

A escola pública mais próxima fica no Vale dos Pinheiros, cerca de 8 km.

Fazendas como a do Poço, ou a Fazenda do Gomes – onde hoje está situada a Faculdade de Engenharia Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Paraíba – por volta do ano de 1990 eram fazendas produtivas que, ao cederem lugar à expansão urbana viram expulsas suas populações de trabalhadores rurais. Os fazendeiros venderam suas terras às mineradoras de areia, e alguns dos trabalhadores rurais que aí trabalhavam e aí habitaram a vida toda, repentinamente viram-se sem teto, recorrendo à posse de áreas de vazio urbano adjacentes, como é o caso do Bairro do Pinheiro.

A implantação dessas famílias deu-se de maneira espontânea, há cerca de 50 anos, na forma de pequenas roças. Os moradores construíam suas casas na técnica tradicional de taipa de pilão, cobertas com sapé. Sua atividade principal era a pesca, pois o rio possuía condições favoráveis então. Outra atividade importante era a agricultura de subsistência, com hortas nos quintais. A composição da população se fez a partir do crescimento das próprias famílias, e de parentes que foram vendendo suas roças e comprando terras na área em questão. Uma senhora de 90 anos de idade, que vive no bairro há 47 anos, sendo uma das primeiras moradoras, diz possuir “documentos” de compra de sua terra. Nesse período não se configurava ainda como bairro urbano, mas terras na zona rural.

As reivindicações tem sido encaminhadas por meio de “favores” obtidos junto a determinados vereadores. Não sendo atendidas pelas vias normais.

Observou-se no desenho dos moradores uma forte influência do líder do bairro, que já trabalhou ativamente em processos de organização em outro bairro de baixa renda anteriormente. Os conhecimentos revelam forte engajamento, e mostram que esses populares têm uma clara noção da diferença entre as benfeitorias que eles almejam e aquelas que sabem ser de competência do poder público.

A arquiteta convidada a elaborar um plano preliminar, apresenta uma postura de contestação em relação ao padrão em voga entre os urbanistas. Ela diz que procura se colocar no contexto dos moradores do bairro.

Ela possui uma abordagem bastante incomum dentre os profissionais da área, defendendo um anti-urbanismo no qual discute que se um bairro é excessivamente equipado, tende a promover o isolamento das pessoas, na medida que dificulta a interação destas com o restante da cidade. Ela entende que o tamanho e a localização do bairro

são impeditivos ao excesso de equipamentos. Dessa forma, considerou os mais importantes aqueles relacionados com o saneamento, pavimentação, transporte (vans), informação, comunicação (orelhões), sociabilização (praça).

A arquiteta sugeriu ainda a instalação de uma farmácia comunitária, uma creche, capela ecumênica, e um centro de informações e apoio 24 horas. Sugeriu também reuso de águas pluviais e pavimento permeável nas ruas.

Curiosamente as proposições dos moradores não fugiram muito disso, em linhas gerais. Indicaram a mesma pavimentação e telefones públicos, além de iluminação nas ruas em que não há. Solicitaram também um posto policial e uma associação de amigos de bairro com área de lazer. Além disso, apontaram o interesse em uma escola e um posto médico com ambulância e farmácia comunitária. A principal diferença é a solicitação de alguns pontos de comércio tais como açougue, e padaria, além de uma feira livre. A solução para o transporte foi ônibus urbano.

Discussão

Um tema ainda hoje controverso e questionado por diversos autores é o conceito de "Pobreza". Um conceito histórico postula que é a situação na qual "as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados". (CODES, 2008).

Pobreza e periculosidade quase sempre foram confundidos pelas classes hegemônicas. Ora por medo de ver ameaçada sua hegemonia, ora como bandeira de ideologia visando criar uma imagem degradante das classes pobres - portadoras de epidemias e insalubridade. Muitas vezes essa ideologia tem sido usada para expulsar as classes pobres de áreas valorizadas pelo mercado imobiliário.

Foucault (1989) avalia que a cidade como espaço de convivência social, implica em que se observe determinados tipos de comportamento. Para tanto, os habitantes têm que ser controlados e socializados na vida urbana. (FOUCAULT, 1989).

Desenvolveu-se, ao longo da história das civilizações, três parâmetros de governo:

Administra-se o povo na sociedade civilizadora do autoritarismo, controlando os cidadãos para que se adequem às normas pré-estabelecidas.

A administração *para* o povo compreende ainda um caráter civilizador, agora mais condescendente e compreende a atuação do técnico urbanista possuidor da verdade, do conhecimento daquilo que é bom para a população, é o caso dos governos populistas.

Quando se administra *com* o povo leva-se, necessariamente, em conta que o saber do

técnico e o saber popular são diferentes, e não superiores. Essa forma de administração é a da participação popular, e ela possibilita uma ampla discussão na busca de encontrar sentidos a partir das duas realidades diferentes, a do técnico e a do popular. Diferentes, porque possuem valores diferentes e formas diferentes de entender o uso da cidade.

Jurado (2003) nos fala de *cidade civilizadora* e *cidade educadora*. Enquanto a cidade civilizadora tende a cercear direitos ou fornecer respostas prontas, numa tentativa de impor aos cidadãos o que é melhor para eles, na opinião dos administradores, como verdade absoluta, a cidade educadora encontra respostas por si. Na medida que dialoga, a partir de encontros sociais e culturais, a população reconhece-se a si mesma na cidade e aprende a relacionar-se consigo e com a cidade. Trata-se de uma redescoberta de como viver a urbanidade em uma cidade que perdeu suas referências antigas, a partir do momento em que mudou de escala.

Nessa medida, a pobreza tem várias dimensões, que se apresentam por diversos tipos de carências, mas o ponto crucial para que as populações possam pensar sua inserção social, e seu viver cidadão é a articulação social. É somente a partir da sua organização como classe que as classes pobres podem encontrar soluções para os problemas nos quais estão imersas.

Apesar de os parâmetros a respeito de qualidade de vida serem tidos como um senso comum, é necessário que a constatação de sua necessidade parta do interior de cada comunidade e não que seja doado exteriormente por técnicos. Entretanto, faz-se necessário discutir o motivo porque tantas comunidades ainda não conseguiram organizar-se a ponto de levar suas reivindicações em direção aos órgãos competentes e fazer valer seu direito a modos de habitar mais dignos.

Contudo se não vemos as populações pobres de bandeira na mão levando reivindicações aos órgãos públicos, isso se dá porque essas populações estão ocupadas tentando resolver elas mesmas seus problemas, ou se adaptando ao modo de vida que podem ou querem levar. Segundo Villaça (1986), o padrão habitacional "ótimo" ou "certo" ou "ideal" é aquele que a classe trabalhadora acha que pode conquistar através do avanço possível dentro das condições políticas, sociais e econômicas em que se encontra.

O conflito que se configura entre o saber do técnico – urbanista - e o saber popular, muitas vezes constitui-se em um entrave para a solução de problemas das populações de baixa renda.

Apesar disso, ainda hoje nota-se que o técnico urbanista freqüentemente chega à população com uma postura de superioridade, considerando as

populações como quem nada sabe, negando seu saber popular, tradicional, transmitido de geração em geração, ou mesmo aquele, que adquiriu em sua vida. É preciso levar em conta que, se o técnico consegue ter uma visão mais global do planejamento urbano, o morador consegue, por outro lado, ter uma visão mais localizada.

Por possuir um conhecimento acadêmico e por não estar envolvido emocionalmente com a área de estudo, o técnico tem uma visão mais abrangente e objetiva. Por estar vivendo dentro da área abordada, o morador conhece mais a fundo seus problemas, vivencia-os na prática.

Entre as reivindicações localizadas do munícipe, e o projeto global da administração pública, se encontra o urbanista. Observa-se, assim, a relação da cultura do urbanista e seus valores, com um grupo que não porta os mesmos valores.

O urbanista tende a ser civilizador (JURADO, 2003), quanto à tendência de impor seu saber técnico, visualizando a questão a partir dos valores que desenvolveu em sua carreira.

Num segundo momento, o urbanista passa a ser educador, na medida que passa a valorizar a participação popular.

Como se constrói essa relação educativa entre o técnico e o popular?

O modo mais eficiente para erradicar a situação de extrema pobreza é a organização participativa das próprias comunidades. Diversos exemplos de participação popular no âmbito do planejamento urbano têm sido experimentados com êxito, trazendo a favelas, em diversas partes do Brasil, melhores condições de habitabilidade, e mesmo de convívio e organização social. Com resultados que em muito superam os problemas materiais.

Conclusão

Constatamos que, apesar de os parâmetros de qualidade de vida serem tidos como um senso comum, é necessário que a constatação de sua necessidade parta do interior de cada comunidade e não que seja doado exteriormente por técnicos.

Entretanto, faz-se necessário discutir o motivo porque tantas comunidades ainda não conseguiram organizar-se a ponto de levar suas reivindicações em direção aos órgãos competentes e fazer valer seu direito a modos de habitar mais dignos.

É possível que essas comunidades discutam seus problemas e reivindicações em outra instância e cheguem mesmo a considerar obsoleta a discussão através de órgãos institucionais, na medida que se sentem excluídas dos mesmos. Ou até mesmo por verificarem a ineficácia do sistema político vigente.

O modo como configurou-se a habitação popular no Brasil, desde o início de sua história, tem mostrado seus reflexos até hoje. As populações de baixa renda foram sempre relegadas a condições insalubres e sub-humanas de habitação e, mesmo quando tentavam estabelecer alguma forma de organização social, foram coibidas de exercer sua cidadania. Foi o caso dos cortiços, que, ao configurarem-se em redutos de pobres, ameaçaram as classes hegemônicas, enquanto locais propícios à subversão, à articulação das populações pobres enquanto classe social.

Se o técnico tem alguma participação na construção dessa organização popular, seria a de, como educador, incentivar o debate no interior da comunidade. Não de forma assistencialista, doando seu saber, impondo seu conhecimento, mas proporcionando aos populares estabelecer um diálogo que, por vezes foi cerceado.

Longe de ser capaz de oferecer soluções prontas, de modo assistencialista, a única participação que o planejador urbano pode fazer junto a essas populações consiste em identificar espaços para a organização social dos grupos envolvidos e estimular a discussão para que a própria população chegue à conclusão de quais sejam suas necessidades mais básicas, e encontre as formas de satisfazê-las.

Referências

CODES, Ana Luiza Machado de. Pobreza é hoje mais complexa que na Revolução Industrial. [online]. 2008, [citado 22 abril 2008], Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1332.pdf. Acesso em: 15 mai. 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

JURADO JURADO, Juan Carlos. Ciudad Educadora: Aproximaciones Contextuales y Conceptuales. Estud. pedagóg.. [online]. 2003, no. 29 [citado 10 agosto 2006], p.127-142. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php> ISSN 0718-0705 Acesso em: 21 mai. 2008.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). Palavras da Cidade. Porto Alegre: Editora da Universidade: UNESCO, 2000.

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.. São Paulo: Global, 1986. Cadernos de educação política. Série sociedade e estado, no. 16. ISBN 85-260-0127-2.